

Aprovado o Orçamento para 2015

O Parlamento Europeu aprovou a sua posição sobre o orçamento da UE para o próximo ano. **Os eurodeputados rejeitam os cortes feitos pelo Conselho** ao projeto de orçamento e propõem o aumento das dotações em áreas que consideram prioritárias, como o **crecimento**, o **emprego**, a **investigação**, a **educação** e a **ajuda humanitária**.

ver pág. 5

Prémio Sakhorov 2014

"A Conferência dos Presidentes decidiu de forma unânime atribuir o **Prémio Sakharov ao Dr Denis Mukwege** (ginecologista), da República Democrática do Congo, pela sua **luta pela proteção das mulheres**", anunciou o Presidente do Parlamento Europeu. O ginecologista dedicou a sua vida ao tratamento das vítimas de violência sexual.

ver pág. 7

Apoio à Ucrânia

O Parlamento Europeu aprovou o prolongamento da **isenção de direitos aduaneiros a produtos da Ucrânia** até ao final de 2015.

Este prolongamento vai permitir que os produtos ucranianos continuem a beneficiar de um regime preferencial para entrar na UE

Ver pág. 8

em destaque:

Aprovada a Comissão Juncker

O Parlamento Europeu aprovou a nova **Comissão Europeia**, apresentada por **Jean-Claude Juncker**. A equipa após ser oficialmente confirmada pelo Conselho entra em funções no dia 1 de novembro. O mandato é de cinco anos.

Jean-Claude Juncker apresentou esta manhã ao Parlamento Europeu a sua equipa de 27 comissários indigitados e o respetivo programa de trabalho.

Após um debate com os eurodeputados, o Parlamento procedeu à votação da Comissão, sendo necessária uma maioria simples (maioria dos votos expressos). A Comissão chefiada por Juncker foi aprovada por **423 votos a favor**, **209 contra** e **67 abstenções**.

Jean-Claude Juncker foi eleito a 15 de julho para liderar o futuro executivo comunitário por 422 votos a favor, 250 contra e 47 abstenções.

O Presidente, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os demais membros da Comissão são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. Com base nessa aprovação, a Comissão é nomeada pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.

Carlos Coelho declarou: "*Votei a favor da Comissão presidida por Jean-Claude Juncker porque acho que tem um bom Presidente, uma boa composição e um bom Comissário português. (...) Espero que a Comissão agora eleita seja capaz de honrar o seu juramento de preservar o interesse comum e que contribua para o reforço do ideal europeu, da vivência da cidadania europeia e para o aumento do investimento e da criação de emprego*"

Paulo Rangel disse: "*Não vos peço mais nada. Peço que honrem o voto dos eleitores europeus. Não dos eleitores de Portugal, não dos eleitores da Eslovénia, não dos eleitores da Holanda, não dos eleitores de cada um dos países, mas dos eleitores que neste ato de 25 de maio votaram como europeus e enquanto cidadãos europeus para que vocês tenham responsabilidades governativas*".

ver pág. 3

Índice

Parlamento Europeu elege Comissão Juncker.....	3
Parlamento aprova posição sobre o Orçamento da UE	5
Ginecologista congolês Denis Mukwege, vence prémio Sakharov.....	7
Parlamento Europeu prolonga isenção de direitos aduaneiros a produtos ucranianos.....	8
Ordem do dia da Sessão.....	10

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

Serviço de Imprensa do PE

Serviço de Imprensa do GEPSD

site www.carloscoelho.eu

Parlamento Europeu elege Comissão Juncker por 423 votos a favor, 209 contra e 67 abstenções

O Parlamento Europeu aprovou a nova Comissão Europeia, apresentada por Jean-Claude Juncker, por 423 votos a favor, 209 contra e 67 abstenções. A equipa precisa agora de ser nomeada pelo Conselho Europeu, que se reúne quinta e sexta-feira em Bruxelas, para poder entrar em funções no dia 1 de novembro. O mandato é de cinco anos.

Jean-Claude Juncker apresentou esta manhã ao Parlamento Europeu a sua equipa de 27 comissários indigitados e o respetivo programa de trabalho: Mensagens principais do discurso de Jean-Claude Juncker no Parlamento Europeu

Após um debate com os eurodeputados, o Parlamento procedeu à votação da Comissão, sendo necessária uma maioria simples (maioria dos votos expressos). A Comissão chefiada por Juncker foi aprovada por 423 votos a favor, 209 contra e 67 abstenções.

Jean-Claude Juncker foi eleito a 15 de julho para liderar o futuro executivo comunitário por 422 votos a favor, 250 contra e 47 abstenções.

O Presidente, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os demais membros da Comissão são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. Com base nessa aprovação, a Comissão é nomeada pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.

Caso seja nomeada pelos chefes de Estado e de governo na cimeira europeia de 23-24 de outubro, a nova Comissão entrará em funções no dia 1 de novembro.

Resultados da Comissão Barroso I e Barroso II

Data	Comissão	Votos (a favor - contra - abstenções)		
Novembro 2004	Barroso I	449	149	82
Fevereiro 2010	Barroso II	488	137	72

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"Votei a favor da Comissão presidida por Jean-Claude Juncker porque acho que tem um bom Presidente, uma boa composição e um bom Comissário português.*

No processo de Audições que teve lugar no Parlamento Europeu, todos esses elementos foram bem provados e as alterações que se impuseram foram realizadas.

Espero que a Comissão agora eleita seja capaz de honrar o seu juramento de preservar o interesse comum e que contribua para o reforço do ideal europeu, da vivência da cidadania europeia e para o aumento do investimento e da criação de emprego".

Marisa Matias (CEUE/EVN): *"Senhor Presidente, Senhor Juncker, com este programa e este Colégio de Comissários, os mercados podem ficar descansados: serão eles que vão continuar a mandar nos corredores da Comissão.*

O Sr. Juncker apresentou como objetivo principal ter um triplo A social na União Europeia. Não deixa de ser surpreendente que tenha apenas falado do desemprego no minuto 34 do seu discurso e apenas durante 30 segundos. Ao maior problema da União Europeia o senhor dedicou 30 segundos. É muito significativo.

Sr. Juncker, diz que o seu principal trunfo é ter quatro ex-primeiros-ministros e dezanove ex-ministros: ou seja, 23 dos 28 Comissários vêm diretamente dos governos, vêm diretamente

do Conselho para a Comissão. Nós já sabíamos que o Conselho tinha colonizado as instituições europeias, mas é lamentável que, pela sua mão, o Conselho esteja a fazer uma OPA hostil à Comissão Europeia.

Sr. Juncker, nas pastas económicas o senhor não promete nada a não ser a continuação da política desastrosa para as periferias da zona euro. Sr. Juncker, a sua Comissão do triplo A social tem uma nova marca, mas a marca não corresponde ao produto, trata-se apenas de publicidade enganosa".

João Ferreira (CEUE/EVN): "Senhor Presidente, pese embora a estafada retórica sobre um suposto novo ciclo, uma verdade emerge como cristalina e transparente: esta Comissão é filha das mesmas famílias políticas que formaram e apoiaram a Comissão Barroso. Não há aqui mudança nenhuma, se não de caras – e, mesmo aí, nem todas. Só há continuidade. Continuidade nas políticas, que violam direitos humanos fundamentais, no desemprego nunca visto, nos intoleráveis níveis de pobreza, nas desigualdades crescentes. Continuidade nas reformas estruturais que visam nivelar por baixo as condições de vida e de trabalho na Europa. Continuidade no favorecimento dos grandes grupos económicos – aqueles cujas organizações representativas sempre antecipam nos seus documentos estratégicos o que virá a ser a produção legislativa da Comissão Europeia. Continuidade no ataque à democracia e à vontade dos povos.

Esta Comissão está associada a tudo o que de pior vivemos nos últimos anos. Esta Comissão é passado, não é futuro.

Só a vontade, a mobilização e a luta dos trabalhadores e dos povos poderá romper com esta continuidade e forçar a verdadeira mudança".

Maria João Rodrigues (S&D): "Mr President, you are coming with a very strong legitimacy, so we can come with a powerful idea for Europe. I believe that we need a European new deal to relaunch growth and sustainable development. Europe remains indeed the best promise of sustainable development, democracy and citizenship, but we must recognise that we are confronted with important divergences now. So I believe that we really need to have an inspiring vision for the next phase of the Europe 2020 Strategy for growth and jobs, paving the way for the future – for more and better jobs. But we need to make sure that all Member States do have the conditions to implement such a strategy, and that is why we need this new deal. Fiscal discipline certainly; but the top priority should now be growth. We should have reforms, but above all we need to have investments for the future, and for this we need to have stronger instruments: not only the EIB and structural funds, but fiscal capacity and banking union. We need to complete the economic and monetary union".

Carlos Zorrinho (S&D): "Senhor Presidente, Senhor Juncker, a nova Comissão nasce sob o signo da mudança, nasce também sob o signo da esperança, de um novo ciclo de prosperidade para a União Europeia. Mas nasce também num contexto social e económico muito frustrante. Não é claro que possamos crescer nos próximos tempos.

É hoje evidente: o modelo político de empobrecimento dos povos do sul tem um efeito boomerang e está a trazer a estagnação aos outros povos europeus.

Por isso já não bastam palavras. É preciso atos concretos, algo tem que mudar.

Precisamos de colocar o nosso homem na lua. Precisamos de ser um laboratório do futuro e não um museu do passado.

O senhor disse que ia mobilizar 300 mil milhões de euros para o investimento. O senhor disse onde ia investir: redes de banda larga, redes de energia, redes de transporte, educação, investigação, inovação, energias renováveis e eficiência energética.

Sr. Juncker, é isso mesmo, é isso mesmo que temos que fazer. Temos que posicionar a União Europeia como precursora de uma nova economia de rosto humano, capaz de combinar energia e informação e capaz de criar dignidade e felicidade para quem nela vive".

Paulo Rangel (PPE): "Senhor Presidente, caro Presidente Jean-Claude Juncker, caros Comissários designados, cabe-me a mim fazer a última intervenção programada desta manhã, e nessa medida vou falar aqui, não como cidadão português, mas como cidadão europeu. E aquilo que queria lembrar nesta intervenção final ao nosso Presidente designado, que vai ver agora o seu Colégio de Comissários sujeito a votação, é que repousa sobre o Presidente e repousa sobre todos os Comissários a responsabilidade de serem pela primeira vez um executivo verdadeiramente com legitimidade democrática que foi sujeito a um ato

eleitoral em que o candidato a Presidente apareceu com um rosto e com uma identificação partidária, e isso é uma responsabilidade tão grande neste momento de arranque de um novo ciclo europeu que eu gostaria que ficasse aqui gravada essa vossa responsabilidade. Não vos peço mais nada. Peço que honrem o voto dos eleitores europeus. Não dos eleitores de Portugal, não dos eleitores da Eslovénia, não dos eleitores da Holanda, não dos eleitores de cada um dos países, mas dos eleitores que neste ato de 25 de maio votaram como europeus e enquanto cidadãos europeus para que vocês tenham responsabilidades governativas".

Ana Gomes (S&D): *"Senhor Presidente, Sr. Juncker, vou dar-lhe o benefício da dúvida, apesar de fortes reservas quanto a alguns dos seus Comissários. Manteremos a Comissão sob vigilância.*

Para além do plano de investimento estratégico para o crescimento e o emprego, queremos ver o Semestre Europeu aplicado com flexibilidade inteligente e solidariedade, o que exige que Estados-Membros com excedentes, como a Alemanha, cessem a política de avestruz e que avancemos para a gestão mutualizada das dívidas.

O senhor vem de um país que funciona, desgraçadamente, como um quase paraíso fiscal. Por isso tem a especial obrigação de se empenhar pelo fim do secretismo bancário e acionista e de esquemas como o Freeport Luxembourg, e de pôr a sua Comissão a trabalhar contra a selva fiscal que hoje enfraquece a Europa e incentiva a criminalidade fiscal, a lavagem de dinheiro, a corrupção e a desgovernança globalmente. Boa sorte, Sr. Juncker!"

Orçamento da UE para 2015: Parlamento Europeu quer mais investimento no crescimento e emprego

O Parlamento Europeu aprovou a sua posição sobre o orçamento da UE para o próximo ano. Os eurodeputados rejeitam os cortes feitos pelo Conselho ao projeto de orçamento e propõem o aumento das dotações em áreas que consideram prioritárias, como o crescimento, o emprego, a investigação, a educação e a ajuda humanitária. Os eurodeputados adicionam também quatro mil milhões de euros para evitar falhas graves nos pagamentos a autoridades locais, PME e outros beneficiários dos fundos europeus.

O Parlamento Europeu opõe-se aos cortes de 522 milhões de euros nas dotações de autorização e de 2,1 mil milhões de euros nas dotações de pagamento feitos pelo Conselho ao projeto de orçamento comunitário apresentado pela Comissão Europeia em junho.

Os valores propostos para o orçamento da UE para 2015 são os seguintes:

Comissão Europeia - 145,6 mil milhões de euros em dotações de autorização e 142,1 mil milhões de euros em dotações de pagamento

Conselho de Ministros da UE - 145,08 mil milhões de euros em dotações de autorização e 140 mil milhões de euros em dotações de pagamento

Parlamento Europeu - 146,3 mil milhões de euros em dotações de autorização e 146,4 mil milhões de euros em dotações de pagamento

"O orçamento da União Europeia, que representa 1% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) da UE, pode ajudar os orçamentos nacionais e encorajar o crescimento e o emprego. As nossas prioridades são as mesmas que as do Conselho, mas este não quer financiá-las", disse a relatora do Parlamento Europeu, Eider Gardiazábal (S&D, ES).

PME, investigação e educação

O Parlamento Europeu não só se opõe aos cortes feitos pelo Conselho como adiciona 190,5 milhões de euros aos montantes consagrados às pequenas e médias empresas, à investigação e à educação, incluindo o programa Erasmus+.

Política externa

Para que a UE possa cumprir as suas responsabilidades internacionais, os eurodeputados adicionam 400 milhões de euros ao valor previsto pela Comissão para a ajuda humanitária. Estas verbas destinam-se, por exemplo, aos refugiados da Síria, à política de vizinhança (Ucrânia) e a um programa na Palestina gerido pelas Nações Unidas.

Supervisão financeira

Os eurodeputados acrescentam 6,1 milhões de euros às verbas propostas para as agências responsáveis pela supervisão financeira na UE: a Autoridade Bancária Europeia, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma e a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

Agricultores e pescadores

Os agricultores e pescadores europeus afetados pelo embargo russo aos produtos da UE deverão ter apoios adicionais de, respetivamente, 30 milhões de euros e de cinco milhões de euros.

O Parlamento Europeu propõe também um reforço de 16,7 milhões de euros para o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas.

Pagamento de faturas pendentes

Os eurodeputados adicionam quatro mil milhões de euros ao projeto de orçamento para 2015 para evitar falhas graves nos pagamentos. Estima-se que no final deste ano a falta de verbas para pagamentos ascenda a 25 mil milhões de euros.

Os parlamentares sublinham que a escassez de dotações de pagamento em 2014 deve ser resolvida antes de ser acordado o orçamento para o próximo ano, de modo a evitar que o problema dos pagamentos em falta este ano se arraste para o seguinte.

Próximos passos

Os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho têm 21 dias de "conciliação" para chegar a um acordo. As negociações deverão ter início a 28 de outubro. O objetivo é que o orçamento da UE para 2015 seja votado pelo Parlamento Europeu a 26 de novembro, em Estrasburgo.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"Votei a favor do projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015, embora critique a exiguidade dos meios financeiros colocados ao serviço da União Europeia.*

Num momento em que reclamamos mais investimento, relançamento da economia e criação de emprego, precisamos de mais Europa e não de menos Europa.

Um orçamento que não chega a 1 % do RNB é um orçamento insuficiente. Sobretudo se tivermos em conta que 94 % do orçamento da União (retiradas as despesas administrativas) são verbas que regressam aos Estados-Membros para ajudar ao investimento público e privado.

A contabilidade básica e interesseira dos chamados contribuintes líquidos convoca-nos a repensar com urgência o sistema de recursos próprios da UE que não esteja na sua grande maioria dependente de pagamentos dos Estados-Membros.

José Manuel Fernandes (PPE): *"Sra. Presidente, Sr. Comissário, Sr. Representante do Conselho, Caras e Caros Colegas, gostava de ter visto firmeza, clareza, compromisso por parte do Conselho. Tenho ainda a esperança que venhamos a ter essa clareza e esse compromisso. Quero saudar o Sr. Comissário e dar-lhe os parabéns pelo trabalho que ele tem realizado no sentido de devolver credibilidade às instituições da União Europeia. A posição do Conselho neste e nos outros orçamentos rectificativos vai demonstrar se está de boa ou de má-fé, se podemos confiar ou não no Conselho, se há lealdade institucional ou não por parte do Conselho, se é fiável e se lhe podemos dar credibilidade, que esperamos vir a poder dar-lhe.*

Orçamentos rectificativos - estes orçamentos são para pagar investimentos, programas, projetos já realizados e devidamente autorizados, a favor das PME, dos jovens, dos cientistas, das autoridades locais, das ONG.

O Conselho autorizou estes investimentos e programas, muitas vezes foi ele que os pediu. E agora vai uma pergunta: como é que podemos aceitar que o Conselho não queira pagar aquilo que pediu e aquilo que autorizou?

Sublinhe-se que o Conselho tem assinado, anualmente, declarações formais aquando da conciliação, e o Parlamento tem confiado nelas, e declarações onde assume que aprova orçamentos rectificativos necessários para os pagamentos que se vierem a confirmar. Como é que nós podemos aceitar que o Conselho não cumpra as declarações que assina?

Bem, pacta sunt servanda, os compromissos são para cumprir e eu tenho a esperança que o compromisso entre as instituições e com os cidadãos, que nós assumimos, nomeadamente no quadro financeiro plurianual, seja para respeitar, porque nós precisamos de crescimento, precisamos de emprego. Tenho essa esperança e gostava de a confirmar por parte do Conselho e do representante que aqui temos. Muito obrigado".

Miguel Viegas (CEUE/EVN): *"Senhor Presidente, a nossa posição face ao orçamento e face a esta proposta reflete o nosso posicionamento relativamente a esta União Europeia com a sua matriz neoliberal, federalista e militarista.*

O orçamento da União Europeia é a expressão concreta de uma linha política orientada para a promoção do desmantelamento dos serviços públicos, a perda dos direitos sociais e laborais e as parcerias público-privadas. Este é o orçamento que dá suporte à austeridade, ao Semestre Europeu e a todas as agências que fiscalizam e condicionam as políticas dos Estados-Membros e castiga os maus alunos. É o orçamento que dá suporte às ingerências cada vez mais agressivas em diversos pontos do globo, que constrói uma Europa Fortaleza, cada vez menos solidária com os seus vizinhos.

Esta farsa, ou esta pseudodisputa entre a Comissão e o Conselho, não nos pode desviar do essencial, que é a condenação das políticas neoliberais desta União Europeia, suportadas por este orçamento".

Prémio Sakharov 2014 vai para ginecologista congolês Denis Mukwege

O vencedor do Prémio Sakharov deste ano é o ginecologista congolês Denis Mukwege, decidiu a Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu, que reúne o Presidente da instituição e os líderes dos grupos políticos. A entrega do galardão está agendada para dia 26 de novembro, em Estrasburgo.

"A Conferência dos Presidentes decidiu de forma unânime atribuir o Prémio Sakharov ao Dr Denis Mukwege, da República Democrática do Congo, pela sua luta pela proteção das mulheres", anunciou o Presidente do Parlamento Europeu.

Martin Schulz reconheceu também o contributo dos outros finalistas na luta pelos direitos humanos, adiantando que os representantes do movimento ucraniano Euromaidan vão ser convidados a participar na cerimónia de entrega do prémio e que o PE vai enviar uma delegação ao Azerbaijão para se reunir com Leyla Yunus e apoiar a sua luta pela democracia e liberdade.

Defensor dos direitos das mulheres

Em muitos conflitos armados, a violência sexual é utilizada como uma arma de guerra contra mulheres e crianças. Denis Mukwege, 59 anos, fundou o Hospital Panzi em 1998, em plena guerra na República Democrática do Congo. O ginecologista dedicou a sua vida ao tratamento das vítimas de violência sexual.

A guerra civil na República Democrática do Congo pode ter acabado, mas o conflito armado continua no leste do país e o mesmo acontece com os ataques contra civis, incluindo a violação de mulheres por grupos armados. Denis Mukwege viaja regularmente para o estrangeiro em defesa dos direitos das mulheres, gere o Hospital Panzi e continua a receber pacientes e a fazer cirurgias dois dias por semana.

Denis Mukwege foi nomeado pelos grupos da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D) e da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), bem como pela eurodeputada Barbara Lochbihler, do grupo dos Verdes.

Prémio Sakharov

O Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento é atribuído todos os anos pelo Parlamento Europeu. Criado em 1988, visa distinguir personalidades ou entidades que se destacam na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Em 2013, o prémio foi atribuído à jovem paquistanesa Malala Yousafzai.

Parlamento Europeu prolonga isenção de direitos aduaneiros a produtos ucranianos

O Parlamento Europeu aprovou o prolongamento da isenção de direitos aduaneiros a produtos da Ucrânia até ao final de 2015. Apesar de ter sido planeado que as disposições comerciais do Acordo de Associação UE-Ucrânia fossem aplicadas a título provisório a partir de 1 de novembro, as partes decidiram adiar a sua aplicação para 31 de dezembro de 2015. Este prolongamento vai permitir que os produtos ucranianos continuem a beneficiar de um regime preferencial para entrar na UE.

Em abril, entrou em vigor um regulamento que reduz ou elimina os direitos aduaneiros sobre as mercadorias originárias da Ucrânia. Esta medida, adotada pela União Europeia com o objetivo de apoiar a estabilidade política e económica no país, teria uma vigência de seis meses, expirando quando entrassem em vigor as disposições comerciais do Acordo de Associação UE-Ucrânia. Como a UE e a Ucrânia decidiram, em 12 de setembro, adiar a aplicação provisória dessas disposições para 31 de dezembro de 2015, é necessário prolongar até essa data a isenção de direitos aduaneiros a produtos ucranianos.

"Estas medidas comerciais autónomas oferecem aos produtores e às empresas da Ucrânia a oportunidade de que necessitavam para fazerem divergir as suas exportações do mercado russo, cada vez mais restritivo, e apresentam-se-lhes como um incentivo para adaptarem o seu modo de funcionamento e as suas normas à UE e para se prepararem para a plena implementação da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado a partir de 1 de janeiro de 2016, o mais tardar", disse o relator da comissão parlamentar do Comércio

Internacional, Gabrielius Landsbergis (PPE, LT). O eurodeputado afirma que as concessões comerciais "têm sido cuidadosamente determinadas, por forma a oferecer níveis de proteção adequados aos setores sensíveis da UE".

"A aprovação rápida e oportuna pelo Parlamento Europeu da proposta da Comissão de prorrogar a vigência do regulamento que concede medidas comerciais autónomas à Ucrânia demonstrará que a UE pode agir de forma célere, decisiva e em conformidade com os compromissos políticos que assumiu", acrescentou.

A resolução legislativa foi aprovada por 497 votos a favor, 78 contra e 56 abstenções.

Exportações da Ucrânia para a UE aumentaram 25% na primeira metade do ano

De acordo com as estatísticas oficiais indicadas no relatório da comissão parlamentar do Comércio Internacional, as exportações da Ucrânia para a UE na primeira metade de 2014 aumentaram significativamente. Ao mesmo tempo, observou-se uma redução das exportações da Ucrânia para a Rússia, devido às restrições comerciais impostas aos bens ucranianos para aceder ao mercado russo e à sua imprevisibilidade.

A Ucrânia indica que, graças às medidas comerciais autónomas, as suas exportações para a UE aumentaram 25% na primeira metade de 2014 (no valor de 587 milhões de dólares), tendo este aumento praticamente compensado a redução das exportações para a Rússia (24,5%, no valor de 592 milhões de dólares).

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Miguel Viegas (CEUE/EVN): *"Senhora Presidente, nós somos igualmente solidários com o povo ucraniano. É por isso que condenamos o golpe de Estado ilegal, apoiado pela União Europeia e pelos Estados Unidos. Esta ajuda que a União Europeia pretende dar ao povo ucraniano também a conhecemos em Portugal. A troca de ajuda financeira a União Europeia irá impor a liberalização da economia, irá desmantelar o aparelho produtivo daquele país, que não tem condições para competir com as grandes companhias europeias. O que a União Europeia pretende não é ajudar, é apenas alargar o seu mercado a novos consumidores e ter acesso às matérias-primas da Ucrânia. Se a União Europeia quer ajudar, que exija do atual governo golpista da Ucrânia o respeito pelos direitos humanos, que cesse de apoiar as milícias fascistas que perseguem sindicalistas e outros ativistas sociais, que condene a tentativa de ilegalização do partido comunista da Ucrânia e que investigue todos os crimes cometidos, com especial destaque para o crime de Odessa. É esta ajuda que a União Europeia deveria dar".*

Ordem do dia 20 a 23 Outubro de 2014

Segunda-feira, 20 de Outubro

17:00 - 19:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos
Reforço da prevenção e da gestão de cheias a nível europeu - *Declaração da Comissão*
Resposta à crise provocada pelo vírus do Ébola - *Declaração da Comissão*

Terça-feira, 21 de Outubro

09:00 - 12:20

Resultados da conferência de alto nível sobre o emprego na Europa (Milão, 8 de outubro) -
Declarações do Conselho e da Comissão
Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades
para 2014 - Relatório: Philippe De Backer (A8-0019/2014)

12:30 - 14:00 VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - candidatura EGF/2014/004
ES/Comunidad Valenciana, Metal - *Relatório: Patricija Šulin (A8-0013/2014)*
Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2013/012
BE/Ford Genk, Bélgica - *Relatório: Paul Rübiger (A8-0015/2014)*
Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2013/002
BE/Carsid, Bélgica - *Relatório: Petri Sarvamaa (A8-0017/2014)*
Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2014/006
FR/PSA - *Relatório: Isabelle Thomas (A8-0016/2014)*

15:00 - 23:00

Avaliação da Comissão Barroso II - Declaração do Presidente da Comissão 3
Preparativos para o Conselho Europeu (23-24 de outubro de 2014) - Declarações do
Conselho e da Comissão
Projeto de orçamento rectificativo n.º 2/2014 - excedente resultante da execução do exercício
de 2013 - Relatório: Gérard Deprez (A8-0018/2014)
Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015 - todas as secções - Relatório:
Eider Gardiazabal Rubial, Monika Hohlmeier (A8-0014/2014)
Democracia, primado do direito e direitos fundamentais na Hungria - Declarações do
Conselho e da Comissão
Direitos aduaneiros sobre as mercadorias originárias da Ucrânia - Relatório: Gabrielius
Landsbergis (A8-0021/2014)

Quarta-feira, 22 de Outubro

09:00 - 11:45 DEBATE PRIORITÁRIO

Apresentação do Colégio de Comissários e do seu programa pelo Presidente eleito da
Comissão

11:45 - 12:15 Votação (precedida de uma ronda de oradores dos grupos políticos)

Eleição da Comissão

13:00 - 14:30 VOTAÇÃO

Projeto de orçamento rectificativo n.º 2/2014 - excedente resultante da execução do exercício de 2013 - *Relatório: Gérard Deprez (A8-0018/2014)*

Projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015

Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2015 - todas as secções - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial, Monika Hohlmeier (A8-0014/2014)*

Protocolo do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, para ter em conta a adesão da Croácia à União Europeia - *Recomendação: Jan Zahradil (A8-0012/2014)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2014 - *Relatório: Philippe De Backer (A8-0019/2014)*

15:00 - 23:00

A situação em Kobani e a ameaça do Estado Islâmico - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

A situação em Hong Kong - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Sentença de morte de Asia Bibi - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Combatentes europeus do Estado Islâmico - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Operação policial conjunta "Mos Maiorum" - *Declaração do Conselho*

Discussão conjunta - Quitação orçamental de 2012

- Quitação 2012: Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas - *Relatório: Petri Sarvamaa (A8-0011/2014)*
- Quitação 2012: Conselho Europeu e Conselho - *Relatório: Tamás Deutsch (A8-0010/2014)*

Quinta-feira, 23 de Outubro

10:00 - 11:50

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

- Encerramento da associação "Memorial" (vencedora do Prémio Sakharov 2009) na Rússia
- Direitos humanos no Usbequistão 8
- Desaparecimento de 43 estudantes no México

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Direitos aduaneiros sobre as mercadorias originárias da Ucrânia - *Relatório: Gabriellus Landsbergis (A8-0021/2014)*

Quitação 2012: Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas - *Relatório: Petri Sarvamaa (A8-0011/2014)*

Quitação 2012: Conselho Europeu e Conselho - *Relatório: Tamás Deutsch (A8-0010/2014)*
Acordo Europeu celebrado pela União Europeia dos Transportes por Vias Navegáveis Interiores (EBU), a Organização Europeia de Transportadores Fluviais (ESO) e a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF), relativo a aspetos específicos da organização do tempo de trabalho no setor do transporte por vias navegáveis interiores - *Proposta de resolução*